

Comunicação contemporânea e questões de classe

Contemporary communication and questions of social class

■ GRAHAM MURDOCK*

RESUMO

Durante muitos anos, os estudos de mídia e comunicação partilhavam de um conceito comum a outras áreas do conhecimento: o conceito de classe social. Aos poucos, este conceito foi substituído por outros que buscavam destacar não as invariâncias, mas as singularidades entre grupos sociais em conflito. Os rígidos contornos verticais da classe deram lugar aos horizontes abertos da diferença. É hora de inverter esta percepção e insistir que sob a praia jazem as pedras do calçamento. A classe pode ter sido abolida retoricamente em muitos textos, mas uma quantidade impressionante de evidência empírica confirma que ela permanece como uma força essencial para modelar a maneira como vivemos hoje.

Palavras-chave: mídia, comunicação, classe social, contemporaneidade

ABSTRACT

During many years, media and communication studies shared a common conception with other knowledge fields: the conception of social class. Little by little, this conception was replaced by others that looked for standing out not the invariances, but the singularities between social groups in conflict. The strict vertical outlines of the social class gave place to the horizons opened by the difference. It is time to reverse this perception and insist on the idea that beneath the beach are the graves of pavement rocks. The social class could be rhetorically abolished from many texts, but the impressive amount of empirical evidence confirms that it remains as an essential force to model how we live today.

Keywords: media, communication, social class, contemporaneity

* Professor no Instituto para Comunicação de Massa na Universidade de Bergen, Noruega. Seus principais interesses estão no campo da Sociologia e Economia Política da Cultura.

EXAMINANDO O ENTULHO

HOUVE UMA ÉPOCA, não muito tempo atrás, antes das atuais cercas de fronteiras serem construídas, quando estudos de mídia e comunicações eram terra comum. Estudiosos de povoados longínquos convergiram-se para reunir dados e colher novos estilos conceituais produzidos por cruzamento. As poucas estruturas que pontilhavam a paisagem eram na maior parte ocupações provisórias, abrigos temporários, construídos para atender necessidades imediatas. A única construção maior era uma torre de pedras escura e ameaçadora. Onde quer que você estivesse, seus olhos eram atraídos em direção a ela. Sua visibilidade a tornou um objeto de contínua especulação. Alguns partiram para investigar suas origens e transformações ao longo dos anos. Outros tentaram descrever sua organização e operações. E alguns registraram as histórias daqueles que ali viveram e trabalharam, reunindo narrativas melancólicas de esperanças perdidas e vidas arruinadas ou relatando contos animados de heróica resistência e obstinada recusa. Entretanto, ao longo dos anos, rachaduras cada vez maiores foram aparecendo nas fundações da torre, até ela finalmente ser considerada deteriorada e demolida. Ela foi substituída por um novo desenvolvimento moderno de moradia, em que cada residência foi construída com um *design* único, refletindo as preferências pessoais e a personalidade do proprietário. Os rígidos contornos verticais da classe deram lugar aos horizontes abertos da diferença.

Em conversas e debates sobre estas mudanças, a atenção passou da restrição estrutural para a autoexpressão, da mobilidade bloqueada para a fluidez, da necessidade para a vontade. Muitos comentaristas deram as boas-vindas a estas mudanças, argumentando que a avultante presença da torre havia retido pensamentos novos sobre estratificação por tempo demais, voltando o olhar do espectador para a mesma agenda limitada de investigação e debate. Eles alegremente declararam “a morte da classe” e festejaram seu papel como covetores (Pakulski & Walters, 1996). Outros, entretanto, sentiram que talvez os relatos da morte tenham sido exagerados. Eles viram pessoas ainda examinando o entulho e imaginaram o espectro da classe ainda assombrando seus sonhos conceituais, como um zumbi em um filme de terror, cegando-os “para a realidade de nossas vidas” em um mundo em rápida mudança. (Beck, 1999: 25). Este argumento está desordenado. É a recusa em reconhecer que a classe permanece sendo um importante princípio estrutural de cada aspecto da vida no capitalismo recente, incluindo comunicações, que bloqueia uma visão abrangente das condições contemporâneas.

Um dos slogans mais ressoantes que apareceram nas paredes e cartazes por toda Paris na primavera de 1968 foi «sob as pedras do calçamento, a praia». Esta promessa profundamente romântica pode ser considerada tema recorrente

para a grande onda de pesquisa recente dedicada a descobrir as possibilidades para liberação pessoal e autoexpressão, ocultadas dentro do mundano e do circunscrito. É hora de inverter essa percepção e insistir que sob a praia jazem as pedras do calçamento. Isso é particularmente importante em estudos de mídia e cultura, onde muitos comentaristas passaram bastante tempo da última década detalhando a criatividade e o prazer do consumo cotidiano. Mas como Zigmunt Bauman aponta, “há vida após e além da televisão” e para muitas pessoas “a realidade permanece da mesma forma como era antes: árdua, dura, resistente e cruel” (Bauman, 1992: 155). A classe pode ter sido abolida retoricamente em muitos textos, mas uma quantidade impressionante de evidência empírica confirma que ela permanece como uma força essencial para modelar a maneira como vivemos hoje. É extremamente irônico que a «virada» teórica pós-moderna, que impulsionou questões de identidade, consumo e diferença para o centro da atenção acadêmica, coincidiu quase exatamente com a revolução neoliberal em diretrizes sociais e econômicas. É fácil “pensar que a classe não importa” se você permanece relativamente “não-afetado por privações e exclusões que ela causa” (Skeggs, 1997: 7).

“O recuo da classe” é a expressão acadêmica perfeita “do novo individualismo” (Crompton, 1998: 9), uma conveniente perda de memória que evadiu o desgaste impiedoso da luta árdua por provisões de prosperidade e recursos públicos e ignorou a lacuna em constante crescimento entre as partes superior e inferior da escala salarial que, na Grã-Bretanha, não é vista desde o final do século XIX. Nós, portanto, nos encontramos na situação paradoxal onde “a classe foi redeclarada morta em um momento em que sua configuração econômica tornou-se ainda mais acentuada” (Westergaard, 1995: 113-4). Ignorar esta cruel realidade é colidir com a destruição da dignidade e da esperança e envolver, ainda que inconscientemente, a comemoração enganosa do negociante de uma expansão indiscriminada em escolha e oportunidade.

Uma abordagem crítica, digna do nome, deve olhar abaixo desta retórica promocional e recuperar os mecanismos ocultos que reproduzem a desigualdade estrutural. Para mim, e para muitos outros, esta é uma epifania pessoal e também um projeto intelectual, uma maneira de relacionar biografias a histórias, de tentar fazer ligações e “gerar teoria que possa falar através do vazio, para tornar a classe importante” (Skeggs, 1997: 15). Reconstruir a torre arruinada da análise de classe é crucial para este projeto. Isto não é um exercício de nostalgia, recuperação ou restauração. Nós “temos que repensar o que a classe significa na era do modernismo recente e um capitalismo mundial” (Dahlgren, 1998: 302) e cruelmente trabalhar outra vez os materiais e técnicas transmitidos por sucessivos arquitetos, decidindo o que manter, o que modificar e o que descartar.

FABRICANDO DESIGUALDADE

O processo não é novo. Antes de o século XIX completar duas décadas, era claro que o vocabulário estabelecido de «classificações» e «posições» havia sido ultrapassado por acontecimentos. De modo geral, era severo demais captar a destruição criativa do capitalismo da antiga ordem social. Foi necessário um termo novo e mais flexível para descrever o padrão emergente das divisões econômicas. Este termo era «classe». Mas como John Stuart Mill observou em 1834, a divisão tripartida da sociedade em “senhorio, capitalistas e trabalhadores” rapidamente se tornou tão ossificada e não-histórica quanto a visão feudal que ela havia substituído. Inúmeros comentaristas, ele lamentava-se,

parecem pensar na separação da sociedade nestas três classes como se elas fossem leis de Deus e não do homem, e raramente qualquer um deles parece ter proposto a si mesmo como um objeto de pesquisa, o que muda as relações daquelas classes de uma para a outra provavelmente é submetido no progresso da sociedade (Mill Apud Briggs, 1985: 3).

Dos vários escritores que aceitaram o desafio de mapear as mudanças nas relações da classe, Marx foi de longe o mais influente. Infelizmente, ele morreu conceitualmente deixando um testamento. Embora ele tenha visto a classe como um princípio fundamental de divisão social e a luta de classes como o instrumento de princípio da mudança histórica, ele nunca forneceu uma definição concisa de o que exatamente ele queria dizer com classe. Como menciona na página final do último e inacabado volume de sua grande obra, *O Capital*, “o que constitui uma classe” é a óbvia “primeira pergunta a ser respondida” em qualquer análise de classe (Marx, 1863-7) mas, tentadoramente, o manuscrito é interrompido depois de algumas linhas, antes de ele apresentar uma resposta. Entretanto, na extensão de sua obra, é possível identificar cinco dimensões básicas para sua análise de classe: «estrutura da classe, formação da classe, cultura da classe, consciência da classe e ação da classe». Até seus críticos mais ferozes tendem a aceitar esta lista como uma pauta útil para pesquisa e debate.

Estrutura da classe

Como a maioria de seus contemporâneos e sucessores, Marx identificou classes com posição econômica. Para ele, a divisão principal estava entre aqueles que possuíam as formas tangíveis de propriedade – terra, bens imóveis, fábricas, ações – que poderiam ser usadas para gerar lucro, e aqueles cujo sustento dependia de negociar sua força de trabalho por um ordenado semanal ou um salário mensal. Em uma frase muito citada no início do *Manifesto do Partido Comunista*, escrito em 1848, quando tinha 30 anos, ele argumentou que a

sociedade capitalista estava “se dividindo cada vez mais” ao longo desta falha geológica central, criando “duas grandes classes se enfrentando diretamente: Burguesia e Proletariado” (Marx & Engels, 1848: 36). Muitos comentaristas interpretaram mal esta observação. A intenção era caracterizar uma tendência em longo prazo, e não descrever a situação na época que ele escrevia. Embora Marx visse a polarização crescente como uma consequência inevitável de mais recursos produtores sendo concentrados nas mãos de grandes corporações e cada vez mais trabalhadores laborando por um salário e não por eles mesmos, em seu jornalismo e comentários polêmicos sobre acontecimentos contemporâneos, ele sempre era cuidadoso ao destacar as complexidades das divisões de classe da época. Seu ponto fraco era a classe média.

Ele rapidamente admitiu que houvesse um grupo em proliferação de camadas sociais “médias e intermediárias” criadas pelo crescimento das profissões, o aumento de ocupações administrativas e a expansão do funcionalismo público estadual, que estavam entre o capital e o trabalho, enfraquecendo, ou como ele dizia, “destruindo”, esta divisão central, mas ele insistia em argumentar que no final “isto não é importante para nossa análise” (Marx, 1863-7: 885). Esta destituição presunçosa, particularmente de especialistas e profissionais sem papel administrativo dentro de empresas capitalistas, apresentou contínuos problemas para analistas que queriam formular “um conceito marxista coerente sobre a estrutura da classe” (Wright, 1997b: 64). Dentro de seus modelos, as classes médias parecem um permanente grupo estranho.

Formação da classe

Para Marx, o controle sobre o capital não era simplesmente a posse definida da burguesia, era “o meio de explorar o proletariado” (Crompton, 1998: 27). Sua organização na produção consolidou a divisão central entre capital e trabalho. Junto com a maioria de seus contemporâneos, ele assumiu que o valor adicionado às matérias-primas durante sua conversão em bens vendáveis dependia do trabalho empregado nelas. Em seguida ele argumentou que os salários pagos pelos empregadores cobriam apenas parte deste valor, deixando um superávit destinado a eles mesmos. Portanto, o aparecimento da troca equivalente – «um pagamento condizente ao trabalho» – ocultou uma máquina de movimento perpétuo de exploração que produzia continuamente a desigualdade estrutural. Entretanto, em sua visão, havia uma bomba-relógio ativada no porão do capitalismo. Concentrar trabalhadores em grandes fábricas e alojamentos muito povoados poderia maximizar a eficiência industrial, mas isto também criou as condições para ideias associadas e ação comum, de uma maneira irreal, de camponeses espalhados por toda a nação em assentamentos isolados.

D

Para Marx, os camponeses poderiam ser definidos analiticamente como uma classe, em virtude de sua posição comum no sistema de produção, mas eles não poderiam se tornar uma classe “por eles mesmos”, no encalço de seus interesses de maneira coletiva. Eles estavam destinados a permanecer como batatas em um saco, em uma localização compartilhada, mas inerte (ver Marx, 1852: 106). Ao mesmo tempo, a cultura de trabalhadores industriais não era uma garantia automática de militância.

Culturas da classe

Na mente de Marx, não havia dúvidas de que cada classe cria um conjunto “distinto e peculiarmente formado” de “sentimentos, maneiras de pensar e visões de vida” de sua experiência coletiva, em que membros continuamente se inspiram em suas tentativas de compreender a situação. Já ao nascer, as pessoas são acolhidas nestas culturas baseadas na classe e, através de uma contínua imersão em “tradição e formação”, elas passam a proporcionar o “ponto de início” tido como certo para visões, julgamentos e ações (Marx, 1852: 37). Ironicamente, os próprios gostos culturais de Marx, formados por ele ter sido criado em uma respeitável família alemã da classe média com forte tradição rabínica, demonstrava muito bem este processo, como ele reconheceu de maneira sarcástica. Quando a esposa de um simpatizante o provocou, apontando que ela não conseguia imaginar um homem cujos gostos aristocráticos se encaixavam tão bem na sociedade igualitária que ele prognosticava em seus escritos, ele foi honesto o suficiente para responder “Nem eu” (Marx apud Wheen, 1999: 296). Entretanto, ele teve que explicar como as pessoas poderiam se reconhecer como membros de uma classe específica.

Consciência da classe

Como Michael Mann observou (1973: 13), a consciência da classe funciona em vários níveis facilmente separados. Para tornarem-se uma classe «por eles mesmos», os trabalhadores precisavam acessar uma linguagem que suportasse a oposição. As culturas de ocupações e áreas da classe trabalhadora criaram fortes «identidades de classe», encorajando as pessoas a verem a si mesmas como membros de uma classe distinta, mas elas nem sempre consideravam os capitalistas como seu principal inimigo ou viam a luta contra eles como a grande maneira de alcançar a libertação pessoal e uma sociedade alternativa. Pelo contrário, como Frank Parkin argumentou em uma influente demonstração, estes sistemas de sentido «subordinado» tendiam a enfatizar “vários modos de adaptação, ao invés de total oposição ao *status quo*” (Parkin, 1972: 88).

Ação da classe

Traduzir a identidade da classe para a luta de classes tem sido a principal missão dos partidos socialistas. Desviar este movimento tem sido um dos maiores fatores de uma cultura de mídia comercializada fundamentada no consumismo. Como Marx notavelmente argumentou no capítulo inicial do primeiro volume de *O Capital*, o capitalismo apresenta-se como uma cornucópia de conveniências cujas origens são esquecidas na antecipação do prazer. A cultura promocional depende de projetar a atenção adiante, para o momento de posse, reprimindo imagens desconfortáveis da exploração envolvida na produção. Portanto, as mercadorias do consumidor aparecem como uma compensação por alienar trabalho, não uma continuação. Elas asseguram uma esfera de liberdade contra as ordens da necessidade.

As instituições centrais da cultura promocional (fazer propaganda de agências, lojas de departamentos, relações públicas), a moderna e comercial mídia de massa (jornais tablóides, transmissão comercial, revistas para consumidores, filmes) e partidos de trabalhadores e socialistas de massa eram todos produtos da modernidade capitalista. Elas surgiram mais ou menos ao mesmo tempo e suas visões concorrentes sobre a boa sociedade vêm se entrelaçando, como lutadores, desde então.

Marx faleceu antes que a cultura promocional ou a mídia comercializada assumissem suas formas contemporâneas, mas ele não tinha dúvida de que o controle total “sobre os meios de produção mental” encontra-se, no final, com a classe capitalista (Marx & Engels, 1846: 64). Neste conceito, trabalhadores culturais e intelectuais são escalados como uma fração subordinada da classe capitalista, tenentes fiéis, engenhando ideias e representações que promovem as vantagens do sistema. Marx realmente admitiu que esta conveniente divisão de trabalho pudesse, às vezes, “desenvolver-se em certa oposição e hostilidade”, mas ele rapidamente acrescentou que onde quer que este conflito arrisque a sobrevivência da classe, ele “automaticamente vira nada” (Ibid.: 65).

Ao mesmo tempo, ele era romântico demais para não acreditar que «arte» verdadeira e ideias fundamentais pudessem transcender lugar e tempo. Ele não teve dificuldade nenhuma em aplaudir Milton por criar *Paraíso Perdido* “pelo mesmo motivo que um bicho-da-seda produz seda. Era uma atividade de sua natureza”, apesar de ele depois ter vendido o manuscrito por 5 libras, enquanto condenava “a proletária literatura de Leipzig, que fabrica livros de acordo com a orientação de seu editor” (Marx, 1969: 401). Ele esquece de mencionar que, enquanto Milton já era um poeta renomado com um grande público leitor quando ele escreveu *Paraíso Perdido*, Leipzig, o escritor de pouca qualidade, era um soldado desconhecido no campo do imaginário efêmero. Isto levanta

a possibilidade de que posições de classe também pudessem ser determinadas pelos recursos que os agentes principais trazem ao mercado.

MOEDAS DE TROCA

Esta ideia foi adotada pelo sociólogo alemão Max Weber, escrevendo nas décadas seguintes à morte de Marx, contra o ambiente de uma rápida expansão adicional nas classes médias e intermediárias, incluindo as classificações burguesas de profissionais culturais – jornalistas, professores, bibliotecários, cientistas, músicos, artistas visuais – que eram empregados não apenas nas indústrias culturais comerciais em rápida expansão, mas também em um conjunto crescente de instituições culturais financiadas publicamente. Weber compreendeu as novas divisões na estrutura de classe argumentando que a “distinção básica de Marx entre pessoas que possuem ou não possuem propriedades pode ser diferenciada mais além pelos tipos de propriedade ou serviços” que as pessoas levam ao negociar sobre trabalhos e remunerações (Hall & John, 1997: 18) e incluir habilidades adquiridas e educação formal como importantes moedas de troca. Em um livro bastante influente, Anthony Giddens ampliou ainda mais esta definição de capacidade de mercado para incluir “todas as formas de atributos importantes que as pessoas podem levar para um encontro comercial” (Giddens, 1981: 103). Como veremos, esta ideia geral tem sido desenvolvida de maneira mais fértil por Pierre Bourdieu, em seu modelo de formas concorrentes de capital.

EXPANSÕES E RENOVAÇÕES

Disciplinando o grupo estranho

No começo da década de 1970, os comentaristas falavam cada vez mais sobre uma mudança fundamental na organização econômica do capitalismo, longe da ordem industrial clássica encaminhada por Marx em direção a um sistema centrado em serviços e controle sobre conhecimento e informação estratégica. Alguns escritores o descreveram como uma “sociedade pós-industrial” (Bell, 1979), outros como uma «sociedade de informações», mas havia um entendimento comum de que “balconistas, professores, advogados e artistas de entretenimento” começavam a “exceder o número de mineradores, operários, estivadores e construtores” (Webster, 1995: 13). Esta mudança forçou os escritores marxistas a visitar novamente o grupo estranho de Marx – as classes médias.

A tentativa mais consistente de repensar a análise de Marx veio de Eric Olin Wright. Ele começou argumentando que embora especialistas e profissionais difiram de trabalhadores industriais por serem capazes de exercer um grau de autodireção e autonomia, dentro do trabalho eles continuam sendo proletários porque ainda precisam vender sua força de trabalho para laborar.

Consequentemente, eles se encontram em uma posição contraditória, com um pé em cada grupo. Entretanto, como Wright admitiu, este modelo não abrangeu profissionais que trabalhavam para instituições financiadas publicamente. As universidades apresentam um problema específico. Daniel Bell, o principal teórico do «pós-industrialismo», argumentou que como elas exerciam um papel principal em codificar e testar o conhecimento em áreas importantes da atividade econômica emergente como processamento de informações, biotecnologia e novos materiais, elas eram as principais instituições na ordem econômica emergente (Bell, 1979: 198). Deixando a crença ilusória acadêmica de lado, obviamente há um caso a ser respondido aqui. Infelizmente, como Marx antes dele, Wright, ele próprio um professor universitário, conseguiu explicar a posição social de todos, menos dele mesmo. Isto o levou a rever sua posição e sugerir que a principal extremidade da estrutura da classe é organizada ao redor da distribuição de três tipos de bens – bens capitais, bens organizacionais (controlados por administradores) e bens de habilidade e conhecimento (possuídos por profissionais e especialistas) – com cada grupo tentando monopolizar e explorar suas propriedades ao máximo, na luta sobre a distribuição do superávit. Como ele observa, esta solução bem típica de Weber atravessa os “grupos conceituais” criados pelos modelos marxistas (Wright, 1997b: 60) e sugere uma maneira de combiná-los que vê a “exploração como definição das divisões centrais dentro de uma estrutura de classe e capacidades de mercado diferenciais como definição das «camadas dentro das classes» (Wright, 1997: 36).

Pierre Bourdieu também chega a uma síntese entre Marx e Weber, mas por um caminho diferente. Ele toma o conceito de capacidades de mercado de Weber e o converte na retórica de capital de Marx, argumentando que há três formas básicas de capital em circulação nas sociedades capitalistas: capital econômico, capital social – “composto de recursos com base em associação de grupo e uniões” – e capital cultural (Bourdieu, 1987: 4). Neste modelo, a estrutura de classe aparece como um espaço multidimensional onde as classes são definidas, em primeiro lugar, pela quantidade ou volume de capital possuído, em segundo por sua composição, e em terceiro lugar pela constituição e peso variáveis de suas propriedades ao longo do tempo conforme tentam maximizar suas vantagens, lutando para converter a mão inicial da cartada em três ases (Ibid.).

Não inesperadamente, é a ideia do capital cultural que atraiu maior interesse entre estudiosos do ramo de Comunicação e Estudos Culturais. Entretanto, ele provou ser um conceito particularmente enganoso. Em alguns pontos de sua obra, Bourdieu oferece uma definição relativamente limitada, igualando-o com “capital informacional”. Em outras partes, ele o identifica com o conhecimento subscrito por qualificações profissionais ou acadêmicas.

D

Comunicação contemporânea e questões de classe

Mas, mais frequentemente, o define em termos de familiaridade com um conjunto específico de práticas e artefatos culturais, principalmente aqueles que adquiriram o que ele chama de capital simbólico, em virtude de ser classificado por importantes instituições culturais, como escolas e museus, digno de ser desejado e possuído (Bourdieu, 1973). Esta conversão seletiva de capital cultural em capital simbólico é, ele argumenta, uma das principais maneiras para a reprodução e legalização das desigualdades de classe.

Seguindo os relatos de Marx sobre culturas de classe, ele argumenta que as experiências comuns criadas por localizações de classe específicas produzem conjuntos compartilhados “de esquemas generalizados de pensamento, percepção, apreciação e ação” que são passados à próxima geração através de rituais e conversas cotidianas da família e da vizinhança (Bourdieu, 1968). Entretanto, estes sistemas de sentido com base na classe, ou hábitos, como ele preferia chamá-los, não carregam peso igual dentro das instituições escolares e outras grandes instituições culturais. Pelo contrário, ele argumenta, o sistema de educação identifica a cultura «real» com as formas de conhecimento e expressão possuídas pelas classes médias e estigmatiza o conhecimento nativo e gostos populares de culturas da classe trabalhadora como inferior e indigna de séria atenção. Isto coloca as crianças pertencentes à classe subordinada em permanente desvantagem. Como elas não foram socializadas no hábito legítimo dentro da família, elas precisam se esforçar mais para não ficar para trás. Muitas fracassam ou desistem, abandonando a educação em tempo integral com apenas uma rápida familiaridade de Cultura com «C» maiúsculo e geralmente com hostilidade em relação a ela. Como consequência, elas se excluem dos públicos para «alta» cultura, confirmando a vantagem simbólica da qual os grupos da classe média já desfrutam. Muitas vezes, mesmo aquelas que usam o sistema educacional com sucesso, como um caminho para ir além, se sentem como intrusas. Como Annete Kuhn observou:

Você pode tão facilmente incorporar os julgamentos de uma cultura diferente e acreditar – não, «saber» – que há algo vergonhoso e errado com você ... Você sabe que se agir como se tivesse direitos, você arrisca-se à exposição e à humilhação. E você aprende que este sentimento pode voltar para lhe assombrar pelo resto da sua vida (Kuhn, 1995: 97-80, ênfase no original).

Este medo de ser intimado antes de alguma barreira oculta de julgamento e ser considerado inadequado influencia as vidas de muitas pessoas que parecem estar «lidando perfeitamente bem com o cotidiano». É um dos «danos ocultos» da classe, não menos real por ser frequentemente não mencionado (Sennett & Cobb, 1972: 33).

Este argumento, e o modelo geral de Bourdieu, possui grandes implicações para o estudo de públicos de mídia e consumo, já que ele sugere que nós precisamos explorar os obstáculos simbólicos, além dos econômicos, para participação.

Embora admitindo que o esquema de Bourdieu possa ajudar a responder pela classe marcada e diferenças educacionais em serviço, em locais culturais legalizados como galerias públicas, vários comentaristas argumentam que ele não ajuda muito a explicar atuais padrões de consumo de mídia, especificamente audiências de televisão, em que a evidência aponta para “uma queda significativa das distinções com base na classe entre tipos de consumo cultural e sua respectiva hierarquia de valores” (Garnham, 1998: 188). Bourdieu responderia dizendo que os hábitos com base na classe estruturam não apenas «*o que*» as pessoas consomem, mas «*como*» elas consomem. Como ele destaca, “qualquer bem cultural, de culinária a música dodecafônica de filmes de faroeste, pode ser um tema para compreensão, variando de uma simples impressão real à apreciação escolar” (Bourdieu, 1968: 593). Se este não fosse o caso, seria muito difícil explicar como tantas pessoas que trabalham em estudos de mídia e cultura podem passar tanto tempo demonstrando que os produtos mais efêmeros das indústrias de comunicações podem ser lidos em mais de um nível e com respeito a inúmeras teorias. Entretanto, este trabalho de decodificação não é um monopólio acadêmico. Conforme um recente trabalho interpretativo sobre públicos de mídia mostrou, as pessoas constantemente leem nas entrelinhas e localizam programas de televisão, filmes ou gravações específicos em mapas emocionais e mentais, traçados por várias linhas de conhecimento, ressonância e julgamento. Algumas destas linhas serão traçadas pela socialização dentro da família e pela carreira educacional, mas outras serão acrescentadas mais tarde. Como Bourdieu observa, os hábitos são “duradouros, mas não eternos” e estão “constantemente sujeitos a experiências, e conseqüentemente afetados por elas de uma forma que reforça ou modifica sua estrutura” (Bourdieu & Wacquant, 1992: 133).

A renovação de Bourdieu da análise de classe sugere três importantes lições para pesquisa sobre consumo cotidiano e públicos de mídia. Em primeiro lugar, embora tenhamos que começar com as restrições impostas pela distribuição desigual de bens materiais, devemos prosseguir para descobrir as dinâmicas sociais e simbólicas de participação e escolha. Em segundo lugar, precisamos explorar como a desigualdade em reconhecimento, respeito e legitimidade consentiu com as diferentes formas de cultura e os «danos ocultos» e resistências que elas criaram estruturaram profundas relações das pessoas para artefatos e experiências. Em terceiro lugar, precisamos examinar a interação entre sistemas de sentido com base na classe e outros discursos que oferecem recursos para identidade, interpretação e ação.

Este último ponto foi desenvolvido de maneira muito fértil por David Morley, em seu influente estudo sobre respostas de público para o programa britânico diário sobre negócios, *Nationwide*. Ele começa argumentando que o estudo foi proposto para mostrar “como membros de diferentes grupos e classes, compartilhando diferentes «códigos culturais» irão interpretar uma dada mensagem de maneira diferente de forma «sistematicamente relacionada» à sua posição sócio-econômica” (Morley, 1980: 15) mas ele prossegue sugerindo que “qualquer esquema adequado” também precisará “dirigir-se à multiplicidade de discursos em jogo dentro da formação social” (Ibid.: 21). Alguns deles, como os retóricos do socialismo ou sindicalismo militante (que seu grupo de administradores de lojas mobilizou em suas respostas) podem derivar de discursos de classe e apoiar identidades de classe, mas outros, como discursos feministas ou nacionalistas, apoiarão outros pontos de vista e outras identidades. Estes outros discursos tornaram-se um grande foco de estudo dentro dos estudos culturais, levando muitos escritores a esquecer sobre classe. Realmente, o campo tornou-se dominado crescentemente pelo “discurso sobre gênero, raça, etnia, sexualidade, em resumo, sobre quase todas as diferenças «exceto» as de classe” (Milner, 1999:145 – grifo no original). Em muitos relatos, a classe transformou-se em uma categoria que já não se atreve a pronunciar seu próprio nome.

DEBAIXO DA PRAIA

“A estranha morte da classe” (Milner, 1999: 173) em muitos estudos culturais contemporâneos representa uma importante quebra com a preocupação estabelecida do campo em ridicularizar a confortável suposição de que a elevação da riqueza estava acabando com as antigas linhas de classe e criando uma sociedade mais aberta. Como Stuart Hall afirma em 1967, “todas as evidências nos levam a dizer que é falso descrever esta fluidez crescente como tendência à condição de «falta de classe». Seria mais correto dizer que estamos desfazendo uma maneira de experienciar situações de classe e fazendo outra” (Hall, 1967: 94). Este argumento foi explorado empiricamente através de uma onda de trabalho sobre subculturas da juventude. Isto foi uma escolha altamente estratégica, já que um número crescente de escritores na época argumentava que a nova mídia de massa, particularmente as músicas *pop* e *rock*, havia criado uma cultura jovem universal que transcendia classes. Nesta visão tentadora, “adolescentes apareceram como os precursores da sociedade futura de consumo espetacular, anunciando a iminente chegada de uma sociedade capitalista sem classes” (Murdock & McCron, 1976: 17). A nova pesquisa foi estabelecida para demonstrar o poder de recuperação da classe mostrando como estilos e gostos subculturais eram fundamentalmente estruturados pela classe com base na

distribuição de experiências e significados (ver Hall & Jefferson 1976; Murdock, 1974). Este trabalho foi corretamente levado à prova por escritores posteriores por suas tendências masculinas e etnocêntricas. Mas aprender a esquecer sobre a classe limitou justiça às complexidades lançadas por contínuas mudanças no sistema de estratificação.

IRRESPONSABILIDADES INTELLECTUAIS

Além de levantar questões para pesquisa sobre públicos, os escritos de Bourdieu também apresentam dúvidas para o trabalho sobre as indústrias culturais. Ele inclui na classe dominante qualquer um que possua uma grande quantidade de qualquer tipo de capital. Isto o leva a endossar o argumento de Marx de que trabalhadores intelectuais são “melhor considerados como uma fração subordinada da mesma classe que a própria burguesia porque eles são capazes de explorar suas posses relativamente grandes de capital cultural para garantir importantes vantagens econômicas e sociais, mas não podem controlar os níveis de capital econômico ou social desfrutado pelos capitalistas” (Milner, 1999: 140). Outros escritores, particularmente John Frow (1995), questionaram esta conclusão, argumentando que muitas vezes intelectuais desfrutam de maior independência da burguesia que Bourdieu (ou Marx) permite, e que eles são mais utilmente vistos como uma classe separada, porém formada de maneira mais fraca, lidando com conhecimento criado por educação (uma posição que se aproxima da visão de Daniel Bell). Mesmo se aceitarmos isto como uma caracterização aceitável de intelectuais, expandindo o argumento para trabalhadores culturais de forma mais geral, alguns problemas são apresentados imediatamente, já que diversas grandes áreas do empreendimento cultural – propaganda, relações públicas e pesquisa de mercado – são mais obviamente atadas aos negócios de servir Capital. Nós podemos querer tratar deste problema diferenciando trabalhadores culturais que operam nos setores públicos e privados, pela razão de que instituições públicas são menos controladas diretamente por ideologias e imperativos de mercado, embora dada a rápida marquetização de universidades e organizações públicas de transmissão nos últimos anos, isto não é contestável.

Identificar a posição da classe de vários grupos de trabalhadores culturais e mapear seus graus de relativa autonomia não é apenas um exercício acadêmico. Isto traz reais consequências políticas. Políticas democráticas viáveis dependem de um comprometimento compartilhado para renegociar não simplesmente direitos individuais, mas o que queremos dizer com «bem comum». Isto requer debate e diálogo sobre fronteiras de classe e interesses de classe. As indústrias culturais proporcionam os grandes espaços onde estes encontros agora

D

acontecem. A relativa abertura deste espaço e sua hospitalidade para discordar é, portanto, crucial para manter a vida democrática. Não há muita razão em argumentar por uma maneira de organizar a produção cultural ao invés de outra, a não ser que possamos demonstrar que formas e estruturas específicas de financiamento sejam mais prováveis de criar as condições que garantem a diversidade expressiva, crítica instruída, e abrem o debate exigido por uma democracia complexa. O vó acadêmico da análise de classe basicamente deixou esta questão para trás, exibindo um desinteresse estudado nas responsabilidades sociais possuídas por intelectuais.

DESTRUIÇÕES

Quando *A Distinção*, grandioso estudo de Bourdieu sobre classe e cultura na França contemporânea, foi publicado em inglês em 1984, a destruição da análise de classe estava em plena atividade. Ela foi impulsionada por inúmeros movimentos interligados.

Primeiramente, a virada geral da estrutura social para a vida cultural dentro da sociologia retirou de maneira progressiva questões sobre processo econômico da pauta de pesquisa.

O recém moderno “conceito de «cultura» como uma série de discursos, renegociados continuamente por todos aqueles que participam dela” teve o efeito de tornar “invisível o fato de que produtos culturais como livros, filmes, «ciência» ou propagandas” também eram “produtos do trabalho humano” empreendidos dentro de condições de trabalho e mercado específicas que fundamentalmente moldaram sua direção, forma e diversidade geral (Huws, 1999: 32). Longe de ser «sem importância» e descomprometida como alguns comentaristas imaginavam, a produção cultural permaneceu inextricavelmente ligada à dinâmica capitalista e às relações de mercado. Realmente, a concentração adicional de importantes recursos produtivos nas mãos das novas grandes corporações de mídia, interessadas em todos os campos principais de comunicações, estreitou ainda mais estas ligações.

Entretanto, em muitos escritos sobre mídia e cultura, as variáveis condições de produção apareciam em segundo plano, quando mencionadas. A atenção foi fixada de maneira firme na dinâmica do consumo concebido principalmente como um sistema de sinais que criou novos espaços simbólicos para experimentos em identidade. Isto, por sua vez, desviou a atenção das possíveis ligações entre posição de classe e consumo para questões sobre as relações entre conveniências e autoexpressão, uma mudança refletida pelo movimento paralelo dentro da pesquisa de mercado, de identificar segmentos por classe e outras variáveis demográficas para mapeá-los usando categorias psicográficas com

base nas peculiaridades e disposições pessoais do consumidor. Estas mudanças reproduziram o fetichismo de conveniências que Marx havia argumentado ser o enredo básico na grande narrativa do capitalismo, de contínuo crescimento de escolha e aperfeiçoamento. Os públicos ativos e consumidores nômades festejados na nova onda de estudos de cultura e mídia pareciam cada vez mais com os indivíduos autônomos do capitalismo de Adam Smith, alcançando a autorealização através de escolhas de mercado. Esta confortável história de satisfação e escolhas pessoais poderia ser sustentada não apenas esquecendo convenientemente as explorações envolvidas na produção de conveniência e ignorando as profundas desigualdades estruturais que o sistema reproduzia.

Esta ênfase na escolha individual foi reforçada por uma nova ênfase na fluidez e pluralidade de identidades sociais. Como um sociólogo britânico colocou, “Realmente acreditamos que na vida cotidiana as pessoas se consideram membros de uma classe, ao invés de afirmar serem bebedores, fumantes, torcedores de futebol?” (Saunders, 1989: 4-5). Este é um modelo clássico de Lego, em que divisões com consequências e pesos muito diferentes são simplesmente unidos e puxados na mesma direção, como os blocos coloridos em um jogo infantil de construção. Neste conceito, a classe foi reduzida a apenas outra diferença entre muitas (Coole, 1996). Não faz sentido que ela seja mais importante, mais duradoura e mais difícil de alcançar na prática, conforme o modo que vivemos e pensamos de nós mesmos. De fato, houve bastante evidência empírica de que a classe permaneceu como uma diferença que fez mais diferença do que muitas outras. Como dois outros sociólogos britânicos concluíram, a pesquisa disponível sugeria que “não havia razão para supor que nas décadas recentes, as classes na Grã-Bretanha – a classe trabalhadora inclusa – tenham mostrado qualquer enfraquecimento em sua coesão social ou distinção ideológica” (Golthorpe & Marshall, 1992: 391).

Mesmo se aceitarmos o argumento comum de que a consciência e culturas da classe trabalhadora tenham permanecido surpreendentemente elásticas no momento de mudança, ainda somos confrontados com o declínio do sindicalismo, o comprometimento enfraquecido às políticas baseadas na classe e a ascensão de novos movimentos sociais, particularmente o feminismo e a ecologia. Os novos movimentos sociais certamente oferecem novos focos para campanha e novas identidades políticas, mas como Andrew Milner argumentou, eles são mais bem entendidos “como substitutos, não tanto para classe quanto para individualidade” (Milner, 1999: 168). Eles oferecem nós de solidariedade e comunalidade em um mundo em crescente instabilidade e crueldade. Mas exigir os direitos prorrogados de consumo e escolha pessoal, embora louváveis neles mesmos, pouco desafia “a natureza fundamentalmente dividida em classes da

sociedade recém capitalista” (Milner, 1999: 166). As grandes corporações podem não apenas viver confortavelmente com muitas das demandas rerepresentando a si mesmas como mais «atenciosas» e preocupadas com o consumidor, elas também podem capitalizar criando novos mercados para substituir aqueles sob ataque, ou, se necessário, mover o *off-shore* para mercados emergentes em economias onde a sociedade civil é menos bem mobilizada e menos eficaz em fazer suas demandas serem consideradas.

Entretanto, recentemente há sinais de que a longa retirada da análise de classe em teorias comunicacionais e culturais possa estar acabando. Como a música *country* diz, cada vez mais pessoas estão se esquecendo de lembrar de esquecer. Uma nova série de «conceitos de âmagô cultural» de uma grande editora no campo inclui um volume sobre «classe» (Milner, 1999), enquanto que uma nova coleção estimula os “estudos culturais a voltarem à questão da classe social como um foco principal de estudo” (Munt, 1999). Podem ser apenas palha ao vento, mas a palha é indispensável na fabricação de tijolos.

RECONSTRUÇÕES

Então, o que é que desejamos construir? Para ilustrar, deixe-me sugerir três áreas comuns onde a análise da classe continua sendo indispensável para uma compreensão adequada das atuais mudanças na organização de comunicações e cultura.

TRABALHO CULTURAL SOB CAPITALISMO «FLEXÍVEL»

Não é surpresa que Marx, e todo comentarista posterior, tenha tido tanto trabalho para situar os trabalhadores culturais em seus mapas da estrutura de classe. Esta categoria geral oculta um vasto conjunto de diferentes relações para produção capitalista e relações de mercado. Algumas foram mantidas por uma renda privada, ou no caso de Marx, por fundos doados por Engels sustentados por uma herança inesperada. Engels ganhava o dinheiro trabalhando para a firma da família, mas ele o entregava sem nenhuma restrição, dando ao grande sábio um raro grau de liberdade para organizar seu trabalho intelectual. Entretanto, isto é comparativamente fora do comum. A maioria dos trabalhadores culturais precisa se sustentar vendendo seus conhecimentos. Alguns trabalham para si mesmos como *freelancers*; outros abrem pequenas empresas e empregam algumas pessoas. Estes trabalhadores «semiautônomos», ou «independentes» como são chamados hoje em dia, produzem material específico («*on spec*») e saem vendendo-o, ou tentam garantir uma comissão de um patrocinador. Entretanto, historicamente, sob o capitalismo, cada vez mais trabalhadores culturais têm sido empregados (em contratos de duração variada) por um dos

grandes produtores culturais comerciais. Esta situação motivou um intenso e longo debate sobre os graus relativos da autonomia criativa que eles desfrutam.

A discussão teve foco especificamente nas tensões entre os interesses políticos e comerciais de proprietários de um lado e a integridade profissional e ambições criativas de jornalistas, dramaturgos de televisão, produtores cinematográficos e músicos de outro lado. A preocupação de que os proprietários irão explorar seu poder organizacional e econômico e colocar seus interesses privados à frente do interesse público tem abastecido continuamente objeções para novas concentrações de governança corporativa, enquanto que um constante fluxo de evidência de abusos reais reforça os argumentos de que o domínio do Capital sobre a produção cultural cria uma “Mídia Rica”, porém uma “Democracia Pobre” (McChesney, 1999). Esta questão ainda é muito importante. Realmente, a recente ascensão de grandes corporações de mídia a torna mais pertinente do que nunca.

Entretanto, ao lidar com ela, precisamos levar em consideração o movimento acelerado em direção a uma força de trabalho cultural mais «flexível», que está substituindo as carreiras vitalícias, ou até contratos relativamente longos, com um sistema de pagamento por resultados. O crescente parcelamento de produção de programa para empresas «independentes» na televisão britânica é um bom exemplo. Uma enquete recente sobre condições de emprego no mercado encontrou menos de um terço dos entrevistados (31%) na folha de pagamento das grandes organizações de transmissão, enquanto que 38% trabalhavam como *freelancers* (definidos como contratos de menos de um ano), 11% trabalhavam para produtores «independentes» e 15% eram proprietários de uma empresa de produção (Instituto Britânico de Filme, 1997: 8). Esta mudança para «*outsourcing*» receberá mais um impulso com a transição para tecnologias digitais, que irão concentrar a produção de programa em “pequenas equipes de recém-chegados especializados em computador” (Ursell, 1998: 151). As universidades britânicas, após a fortificação da segurança, têm seguido um movimento paralelo em direção à maior «flexibilidade» com uma mudança substancial em direção à casualidade e contratos de curto prazo e abolição dos acordos de posse tradicionais.

Estes desenvolvimentos levantam questões interessantes sobre a posição da classe e associações de trabalhadores culturais e intelectuais dentro do capitalismo contemporâneo. Elas sugerem que uma grande divisão pode estar se abrindo entre grupos com condições relativamente seguras de emprego ou suas próprias empresas bem-sucedidas e aqueles funcionando em condições de permanente insegurança e dependência. As implicações de «flexibilidade» para a diversidade geral da expressão cultural merece uma investigação imediata.

Entretanto, como o recente trabalho de Angela McRobbie sobre estilistas sugere, as ligações provavelmente não acontecerão imediatamente. Por um lado, os salários relativamente baixos de seus entrevistados uniram-se ao seu alto grau de insegurança financeira e a instabilidade de emprego sugeriu um processo de «proletarianização». Por outro, suas identidades ocupacionais, como universitários formados com um *status* de quase-profissional, significavam que eles constantemente “desprezavam ou rejeitavam aquelas habilidades associadas ao lado mais humilde da fabricação de moda” e por isso reproduziam “uma das mais tradicionais divisões de classe em seu próprio exercício de trabalho. Eles queriam acreditar que estavam acima do trabalho manual” (McRobbie, 1998: 187).

A progressiva marcha de «flexibilidade» também nos leva de volta ao modelo multidimensional de formação de classe de Pierre Bourdieu. Entretanto, para utilizá-lo produtivamente, nós precisamos observar novamente as relações inconstantes entre posse de habilidades, reconhecimento formal e competência cultural que estão ocultadas em seu conceito neológico de capital cultural. O rápido crescimento de processos em estudos de comunicações e cultura dentro da educação superior e a profissionalização crescente de treinamentos de capacidades sugerem que o reconhecimento formal pode vir a exercer um papel mais importante em regular a entrada em mercados de trabalho culturais do que no passado. Ao mesmo tempo, a evidência emergente sugere que o capital social também está tornando-se fundamental. A enquete do Instituto Britânico de Filme constatou que contatos pessoais eram facilmente o canal mais importante que os entrevistados utilizaram para procurar e obter trabalho na televisão (Instituto Britânico de Filme, 1997: i). Como observado por Angela McRobbie, a inconstância da riqueza em mercados de moda aumenta a importância da contingência e serendipismo em proporcionar “oportunidades e sortes inesperadas” através de reuniões e encontros inesperados (McRobbie, 1998: 179).

DIFERENÇA DE CLASSES

A maioria dos estilistas de McRobbie eram mulheres, e como ela observa, as inseguranças de sua situação de mercado impuseram custos pesados em suas escolhas pessoais. A interação entre gênero e classe tem sido um tema central nos escritos feministas, com muitos comentaristas argumentando que o «patriarcado» – a subordinação das vidas das mulheres aos interesses dos homens – é tão importante, se não mais importante do que a classe, em reproduzir a desigualdade estrutural. Alguns analistas de classe responderam separando classe por gênero. Eric Wright, por exemplo, aceita com pesar que seu modelo de classe “provavelmente não fornece, e talvez não consiga fornecer, ferramentas

adequadas para a compreensão de muitas questões importantes ligadas à opressão de gênero” (Wright, 1997b: 60). Felizmente, alguns pesquisadores feministas não foram dissuadidos tão facilmente de explorar a interação entre classe e gênero. Como Carolyn Steedman observa, abordar “os danos percebidos de um sistema social através das experiências de mulheres e garotas sugere que abaixo das vozes de consciência de classe talvez haja outra linguagem, que pode ser ouvida para expressar os sentimentos dos que estão do lado de fora”, mas “não há linguagem que” também “não deixa os sotaques literais da classe expostos” (Steedman, 1996: 113-114).

Após extenso trabalho etnográfico com um grupo de mulheres da classe trabalhadora no norte da Inglaterra, Beverley Skeggs conclui que “a classe é completamente fundamental para” suas vidas (Skeggs, 1997:161). Ela está especificamente interessada na maneira com que a distribuição desigual de capital (no sentido ampliado de Bourdieu) combina com a circulação de discursos concorrentes de identidade, para reduzir suas ambições. Para elas, os danos ocultos de classe eram gerados de maneira muito forçada. “Elas nunca foram capazes de se sentirem confortáveis com elas mesmas, sempre convencidas de que outros irão encontrar algo deficiente e desagradável sobre elas” (Skeggs, 1997: 162). A imagem dominante das mulheres da classe trabalhadora como indecentes, perigosas e sexualmente insaciáveis foi uma fonte específica de preocupação. Em resposta, elas rejeitaram os modelos de individualismo oferecidos pelo feminismo e optaram por uma feminilidade “respeitável”. Mas, como Skeggs argumenta, suas reivindicações de respeitabilidade não devem ser lidas como sinais de submissão passiva, mas como o resultado de uma ativa “política emocional de classe”. Elas entraram em um sistema de avaliação “em desvantagem” onde “o acesso para avaliações positivas era limitado ou fechado”, mas apesar disso, elas estavam “sempre tentando tirar o melhor proveito de recursos limitados” (Skeggs, 1997: 161-162).

Entretanto, as fronteiras de classe não estão completamente fixadas. As pessoas conseguem sair e mudar de classe através da educação e do casamento. Os sofrimentos e alegrias da partida e as dificuldades de deslocar-se entre culturas eruditas e estabelecidas foram um grande tema no trabalho britânico inicial em estudos culturais. Richard Hoggart e Raymond Williams, e muitos da geração mais jovem que seguiram seu rastro, eram «garotos com bolsa de estudos» da classe trabalhadora que lutaram contra o sistema educacional para se tornarem pesquisadores e professores universitários. Como a pesquisa mais recente (1998) de Derek Wynne mostra, a organização estratégica do capital cultural é típica daqueles que se deslocaram para a classe média através da educação superior. Ela é a carta triunfal que eles possuem no jogo da distinção, um marcador

visível de sua chegada na nova localização. Em contraste, aqueles que seguiram seu caminho através da escola da vida ou abriram seus próprios negócios estão mais propensos a exibir seu controle de capital econômico, através do consumo proeminente. Eles olham para trás constantemente, procurando provar seu sucesso para aqueles deixados para trás.

Entretanto, apesar deste alvoroço de pesquisa, na maioria dos contos de mobilidade, os protagonistas ainda são homens. O trabalho recente de Steph Lawler com mulheres da classe trabalhadora em ascensão trata deste desequilíbrio. Ela observa como a patologização da sexualidade da classe trabalhadora cruzou com “a falta de uma história de ser classe média” entre as mulheres com que ela conversou, para compor os danos ocultos criados pelos momentos em que elas “eram humilhadas pelos julgamentos (reais ou imaginados) de outras pessoas – julgamentos que dependiam da falta de julgamento «correto», conhecimento «correto», gosto «correto» das mulheres” (Lawler, 1999: 13). Elas sentiam que os hábitos que reivindicavam poderiam nunca existir totalmente e as disposições exigidas nunca serem possuídas completamente (Ibid.: 17). Elas estavam condenadas a serem eternas visitantes nas casas das outras pessoas, continuamente em seu melhor comportamento.

Este trabalho emergente sugere que enquanto feministas estão certos em insistir que a classe sempre é engendrada, o gênero é sempre igualmente classificado. Consequentemente, não é uma questão de escolher focar na classe «ou» na diferença, mas de explorar as maneiras que elas se cruzam. O trabalho mais recente sobre públicos de mídia tem usado variantes de metodologia de grupo de foco para explorar as interpretações e respostas das pessoas para filmes e programas de televisão. O problema é que estas oportunidades relativamente curtas e geralmente únicas não conseguem criar a profundidade de evidência que os argumentos desenvolvidos por Skeggs e outros exigem. Se formos relacionar biografias a histórias, nós precisamos de biografias que nos permitirão descobrir as ligações mais sutis entre subjetividades, discursos sociais e práticas culturais. Para isto, histórias de vida do tipo que Bourdieu coleciona em *A Miséria do Mundo* (1993) são essenciais. Se formos fazer justiça à complexidade das práticas de mídia cotidianas, precisamos mostrar como elas são formadas por jornadas pessoais, além de localizações sociais e discursos públicos.

MUDANÇAS MUNDIAIS

Entretanto, como C. Wright Mills destacou há algum tempo, uma análise verdadeiramente abrangente também precisa mover-se continuamente, para frente e para trás, do particular para o geral, religando “as características mais íntimas do ser humano com a transformação mais remota e impessoal”

(Mills, 1970:14). Porque a maioria do trabalho até agora foi “baseada na conveniente suposição de que a estrutura da classe e o estado da nação coincidem” (Breen & Rottman, 1998:16). A análise de classe não é tão bem provida para fazer estas ligações como deveria ser. Na era do capitalismo globalizado, esta é uma séria limitação.

As últimas duas décadas viram um romance sustentado com a promoção de posse privada do neoliberalismo, dinâmicas de mercado e regulamento público mínimo, entre controle de compleições políticas muito diferentes. Durante este tempo, as três maiores nações do mundo, Rússia, China e Índia, que por maior parte do período pós-guerra estavam relativamente (embora de maneiras diferentes) isoladas do sistema do mundo capitalista, todavia reentraram nele, ainda que por caminhos e motivos diferentes. Este movimento tem maiores implicações para o papel de análise da classe em pesquisas de cultura e comunicações.

Em primeiro lugar, como muitos escritores observaram, o desgaste e a retirada de barreiras reguladoras, associadas à ascensão de satélites transnacionais e redes de computador, ampliaram maciçamente o alcance mundial de grandes corporações. Isto levanta a possibilidade de que podemos estar testemunhando a formação de uma nova «classe capitalista transnacional» composta pelos executivos das principais corporações transnacionais, políticos e empregados públicos estaduais que apoiam maior investimento interno e fluxos econômicos «sem fronteiras», e por último, mas não menos importante, os líderes das principais empresas de mídia. A dedicação desta classe não é para a nação-estado, mas sim para o novo campo de jogo da corporação mundial (Sklair, 1995: 133-137). Dentro desta formação, as empresas de comunicações desempenham um papel fundamental duplo.

Em primeiro lugar, elas fornecem a infraestrutura de comunicações essencial que capacita esta nova classe geograficamente separada a desenvolver redes internas de troca e solidariedade. Mapear estes fluxos e ligações transnacionais emergentes é uma tarefa de pesquisa urgente.

Em segundo lugar, elas procuram reorganizar comunicações públicas ao redor do consumismo nos interesses de expansão de mercado, promovendo-o como uma identidade e um modo de vida que transcende as fronteiras nacionais e não exclui ninguém. Entretanto, ao examinar o impacto desta intervenção, mais uma vez temos que encarar o problema de analisar a classe média.

A rápida ascensão de marquetização e liberalização na China, Índia e Sudeste da Ásia levou a uma notável expansão tanto na posse de negócios quanto nas ocupações ligadas ao gerenciamento e manutenção de empresas comerciais. Este grupo emergente é geralmente chamado de a «nova» classe

D

média ou os «novos ricos» (Buckley, 1999: 218) para distingui-los da classe média tradicional composta por profissionais independentes e empregados públicos estaduais. Entretanto, alguns comentaristas preferem uma definição mais ampla que inclui empregados de escritório, profissionais e administradores públicos, além de donos de empresas e administradores corporativos (cf. Stivens, 1998: 15). Contudo, os analistas concordam que as classes médias desenvolvidas (embora definidas e subdivididas) são as precursoras do novo sistema consumidor.

Na Índia e na China, o consumo está emergindo tanto como “uma base profunda para a identidade de grupo” (Appadurai & Breckenridge, 1995: 6) quanto como um terreno importante para concorrência e exibição social. O “estilo de vida da nova classe média” festejado na propaganda e na televisão popular puxa as ambições da classe inferior em direção a ela (McCarthy, 1994: 45). Ele oferece marcadores visíveis do «novo» e moderno contra o velho e obsoleto (Stivens, 1999: 5) enquanto que os fluxos constantes de pessoas e mercadorias voltando para «casa» de uma viagem e o estabelecimento diaspórico reforçam fortes contrastes entre o transnacional e o limitado, a abertura e a limitação (Lakha, 1999: 269). Os novos negociantes acenam chamando as pessoas a fazerem parte de uma comunidade nômade de consumidores cosmopolitas. Entretanto, se observarmos as vidas das mulheres, vemos novamente como as relações entre esta metaideologia e a formação da nova classe também estão profundamente engendradas e como as identidades suportadas são continuamente cruzadas por outros discursos.

Em sua etnografia de mulheres espectadoras em Nova Déli, Purima Mankekar argumenta que o sistema estadual indiano de televisão do começo dos anos 1990 tratava membros femininos das classes móveis ascendentes como o principal mercado para os bens promovidos pelos patrocinadores comerciais dos programas, enquanto que simultaneamente procuravam atrair essas mulheres “no projeto de construção de uma cultura nacional” através de seu envolvimento em seriações dos grandes ciclos mitológicos indianos e em séries patrióticas dramatizando o papel central das mulheres na união, no lar e na pátria (Mankekar, 1993: 547). Ela argumenta que, como consequência, as liberdades de consumismo imaginadas estavam em permanente tensão com as obrigações apresentadas de nacionalismo e imagens comerciais da autorrealização das mulheres continuamente “circunscritas por metanarrativas de nação e família” (Ibid.: 553). Dulai Nag mostrou como esta tensão central é reproduzida no material de propaganda utilizado para promover os saris vestidos pelas mulheres Bengali de classe média. Alguns textos reforçam a posição do sari como o principal indicador de continuidade e nação utilizando

citações de literatura Bengali do início do século XX. Outros evocam associações de modernidade consumidora mobilizando material de uma popular revista sobre filmes (Nag, 1991).

Como este trabalho em desenvolvimento mostra, é precisamente porque são posicionadas como a vanguarda da transição em direção à modernidade consumidora que as novas classes médias no geral, e em particular as mulheres da classe média, são o epicentro da luta expoente sobre os termos desta transição.

Se o contexto do trabalho recente emergente da Índia e outras sociedades de marquetização confirma que a análise de classe continua sendo fundamental para compreender a mudança contemporânea, ele também demonstra mais uma vez a urgente necessidade de renová-la.

CONCLUSÃO

Então o que podemos tirar desta discussão? Eu sugeriria cinco conclusões principais.

- Primeiro, que a determinação moderna de examinar as ligações variáveis entre o nacional, o local e o mundial aplica-se com força particular à análise da classe.
- Segundo, que a abordagem mais promissora de mapear as formações da classe no momento atual é fundamentar-se nas estimulantes sugestões de Pierre Bourdieu e trabalhar em direção a uma nova síntese das análises marxistas de produção e exploração e discussões weberianas de capacidades de mercado.
- Terceiro, ao invés de objetar a classe à diferença, precisamos explorar como as diferenças são classificadas e como, ao mesmo tempo, elas são continuamente cruzadas com a organização da experiência de classe.
- Quarto, ao examinar o papel dos sistemas de sentido com base na classe em fornecer recursos para interpretação e ação, nós devemos sempre procurar as maneiras com que eles interagem com outros discursos.
- E quinto, ao explorar as identidades de classe, devemos sempre ir além de declarações evidentes de lealdade e filiação para examinar como as subjetividades de classe são moldadas e subjugadas pela distribuição desigual de reconhecimento e respeito e pelos danos ocultos criados. ■

REFERÊNCIAS

- APPADURAI, A; BRECKENRIDGE, C.A. (1995). Public modernity in Índia. In: BRECKENRIDGE, C.A. (Ed.). *Consuming Modernity. Public Culture in a South Asian World*. Londres: University of Minnesota Press.
- BAUMAN, Z. (1992). *Intimations of Postmodernity*. Londres: Routledge.
- BECK, U. (1999). Goodbye to all that wage slavery. *The New Statesman*. 5 March.
- BELL, D. (1979). *The Cultural Contradictions of Capitalism*. Londres: Heinemann Educational Books.
- BOURDIEU, P.; WACQUANT, L. (1992). *An Invitation to Reflexive Sociology*. Cambridge: Polity Press.
- _____. (1999). On the cunning of imperialist reason. *Theory Culture and Society*, v. 16, n. 1 (February).
- _____. (1968). Outline of a sociological theory of art perception. *International Social Science Journal*, V. 20, n. 4.
- _____. (1973). Cultural reproduction and social reproduction. In: BROWN, Richard (Ed.), *Knowledge, Education and Cultural Change*. Londres: Tavistock.
- _____. (1987). What makes a social class? On the theoretical and practical existence of groups. *Berkeley Journal of Sociology*, 22.
- _____. et al. (1999). *The Weight of the World: Social Suffering in Contemporary Society*, Cambridge: Polity Press.
- BREEN, R.; ROTTMAN, D.B. (1998). Is the national state the appropriate geographical unit for class analysis?. *Sociology*, v. 32, n.1 (February).
- BRIGGS, A. (1985). The language of “class” in early nineteenth-century England. In: BRIGGS, A. *The Collected Essays of Asa Briggs, Vol. I: Words, Numbers, Places, People*. Brighton: The Harvester Press.
- BRITISH Film Institute (1997). *Television Tracking Study: Second Interim Report*. Londres: British Film Institute.
- BUCKLEY, C. (1999). How a revolution becomes a dinner party: stratification, mobility and the new rich in urban China. In: MICHAEL P. (Ed.). *Culture and Privilege in Capitalist Asia*, Londres: Routledge.
- COOLS, D. (1996). Is class a difference that makes a difference?. *Radical Philosophy*, 77.
- CROMPTON, R. (1998). *Class and Stratification: An Introduction to Current Debates* (2nd), Cambridge: Polity Press.
- DAHLGREN, P. (1998). Critique: elusive audiences. In: DICKINSON, R. HARINDRANATH, R.; LINNE, O. (Eds.). *Approaches to Audiences: A Reader*. Londres: Arnold.
- EAGELTON, T. (1994). Goodbye to the Enlightenment. *The Guardian*, 2 August, Londres.
- FLETCHER, W. (1999). Class is out. Personality is what counts. *The Guardian*, 16 July, Londres.
- FROW, J. (1995). *Cultural Studies and Cultural Value*. Oxford: Clarendon Press.

- GARNHAM, N. (1993). Bourdieu, the cultural arbitrary, and television. In: CALHOUN, C.; LIPUMA, E.; POSTONE, M. (Eds.). *Bourdieu: Critical Perspectives*. Cambridge: Polity Press.
- GIDDENS, A. (1981). *The Class Structure of Advanced Societies*. Londres: Hutchinson.
- GOLDTHORPE, J.H.; MARSHALL, G. (1992). The promising future of class analysis: a response to recent critiques. *Sociology*, 26.
- HALL, J.R. (1997). Introduction: the reworking of class analysis. In: HALL, J.R. (Ed.). *Reworking Class*. Londres: Cornell University Press.
- HALL, S.; JEFFERSON, T. (1976). *Resistance Through Rituals: Youth Subcultures in Post-War Britain*. Londres: Hutchinson University Library.
- HALL, S. (1967). Class and the Mass Media. In: MABEY, R. (Ed.). *Class: A Symposium*, Londres: Anthony Blond.
- HUWS, U. (1999). Material World: the myth of the Weightless economy. In: PANITCH, L.; LEYS, C. (Eds.). *Global Capitalism Versus Democracy*, Londres: Merlin Press.
- KUHN, A. (1995). *Family Secrets: Acts of Memory and Imagination*. Londres: Verso.
- LAKHA, S. (1999). The state, globalisation and Indian middle-class identity. In: PINCHES, M. (Ed.). *Culture and Privilege in Capitalist Asia*. London: Routledge.
- LAWLER, S. (1999). Getting out and getting away: Women's narratives of class mobility. *Feminist Review*, v. 63.
- MCCARTHY, P. (1994). *Postmodern Desire: Learning From India*. Nova Déli: Promilla and Co Publishers.
- MCCHESENEY, R.W. (1999). *Rich Media, Poor Democracy: Communication Politics in Dubious Times*. Urbana: University of Illinois Press.
- MCROBBIE, A. (1998). *British Fashion Design: Rag Trade or Image Industry?*. London: Routledge.
- MANKEKAR, P. (1993). National texts and gendered lives: an ethnography of television viewers in a North Indian city. *American Ethnologist*. Vol. 20, n. 3.
- MANN, M. (1973). *Consciousness and Action Among the Western Working Class*. Londres: Macmillan.
- MARX, K. (1852). *The Eighteenth Brumaire of Louis Bonaparte*. Moscou: Progress Publishers [1967].
- _____ (1863-7). *Capital. Volume Three*. Londres: Lawrence e Wishart [1974].
- _____ (1969). *Theories of Surplus Value: Part One*. Londres: Lawrence e Wishart.
- MARX, K.; ENGELS, F. (1846). *The German Ideology: Part One*, edited and with an introduction by Arthur, C. J. Londres: Lawrence e Wishart [1974].
- _____ (1848). *The Communist Manifesto*. Harmondsworth: Penguin Books [1967].
- MILLS, C.W. (1970). *The Sociological Imagination*. Harmondsworth: Penguin Books.
- MILNER, A. (1999). *Class*. Londres: Routledge.
- MORLEY, D. (1980). *The 'Nationwide' Audience: Structure and Decoding*. Londres: British Film Institute.

D

Comunicação contemporânea e questões de classe

- MUNT, S.R. (Ed.), (1999). *Cultural Studies and the Working Class: Subject to Change*, Londres: Cassell.
- MURDOCK, G.; MCCRON, R. (1976). Youth and class: the career of a confusion. In: MUNGHAM, G.; PEARSON, G. (Eds.). *Working Class Youth Culture*. Londres: Routledge e Kegan Paul.
- MURDOCK, G. (1974). Mass communication and the construction of meaning. In: ARMISTEAD, N. (Ed.). *Reconstructing Social Psychology*. Harmondsworth: Penguin Books.
- NAG, D. (1991). Fashion, gender and the Bengali middle class. *Public Culture*. Vol. 3, n. 2.
- PAKULSKI, J.; WATERS, M. (1996). *The Death of Class*. Londres: Sage Publications.
- PARKIN, F. (1972). *Class Inequality and Political Order*, Londres: Paladin.
- SAUNDERS, P. (1989). Leftwrite in sociology. *Network: Newsletter of the British Sociological Association*, number 44, May.
- SENNETT, R.; COBB, J. (1972). *The Hidden Injuries of Class*. Cambridge: Cambridge University Press.
- SKEGGS, B. (1997). *Formations of Class and Gender: Becoming Respectable*. Londres: Sage Publications.
- SKLAIR, L. (1995). *Sociology of the global system* (2nd Ed.). London: Prentice Hall/ Harvester Wheatsheaf.
- STEEDMAN, C. (1986). *Landscape for a Good Woman: a Story of Two Lives*, Londres: Virago.
- STIVENS, M. (1998). Theorising gender, power and modernity in affluent Asia. In: SEN, K.; STIVENS, M. (Eds.). *Gender and Power in Affluent Asia*. Londres: Routledge.
- URSELL, G. (1998). Labour flexibility in the UK commercial television sector. *Media, Culture and Society*. Vol. 20, n. 1.
- WEBSTER, F. (1995). *Theories of the Information Society*. Londres: Routledge.
- WESTERGAARD, J. (1995). *Who Gets What?: The Hardening of Class Inequality in the Late Twentieth Century*. Cambridge: Polity Press.
- WHEEN, F. (1999). *Karl Marx*. Londres: Fourth Estate.
- WRIGHT, E.O. (1997a). Rethinking once again, the concept of class structure. In: HALL, J.R. (Ed.). *Reworking Class*. Londres: Cornell University Press.
- _____ (1997b). *Class Counts: Comparative Studies in Class Analysis*. Cambridge: Cambridge University Press.
- WYNNE, D. (1998). *Leisure, Lifestyle and the New Middle Class: A Case Study*. Londres: Routledge.

Traduzido por **MARCELA BIANCHINI**

Título original: *Reconstructing the ruined tower: contemporary communications and questions of class*.

Artigo recebido em 18 de março e aprovado em 14 de abril de 2009.